

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Alta de juros para microcrédito piora acesso aos recursos

Aumenta teto de juros de programa de microcrédito

O governo federal decidiu aumentar o teto da taxa de juros que instituições financeiras poderão praticar nas operações do programa ‘Acredita no Primeiro Passo’, voltado para a concessão de microcrédito a pequenos negócios. Portaria do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) estabelece que as institui-

ções ofertantes deverão aplicar sobre os empréstimos uma taxa anual de juros prefixada igual à taxa Selic, acrescida de até 2%. Antes, o limite máximo de juro anual permitido era de até 6%, acrescidos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses. O IPCA está em 5,48% e a Selic, em 14,25%.

Revogação

Ao ser publicada no Diário Oficial da União, na sexta-feira (25), a medida do MDS revoga portaria de agosto de 2024, que trazia taxas menores. Voltado para pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), oferece crédito com juros reduzidos, a pequenos empreendedores.

FGO

Os financiamentos do programa são avalizados pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO). Segundo dados do governo do início do mês, o programa já beneficiou 68,4 mil pessoas, com R\$ 623,3 milhões em operações contratadas, desde outubro, quando foi lançado.



Boa condição de reservatórios não evitou alta tarifária

Bandeira amarela chega às contas de luz em maio

As contas de luz terão bandeira tarifária amarela em maio, com custo adicional aos consumidores, anunciou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A mudança da bandeira tarifária, que, desde dezembro de 2204, permanecia verde, sem cobranças extras, decorre da redução das chuvas com transição do período

chuvoso ao seco do ano, explicou a agência. “Com o fim do período chuvoso, a previsão de geração de energia proveniente de hidrelétrica piorou, o que nos próximos meses poderá demandar maior acionamento de usinas termelétricas, que possuem energia mais cara”, acrescentou, em comunicado, a Aneel.

Custos maiores

O acionamento da bandeira já era previsto, pois as consultorias previam que os custos maiores nos próximos meses, passando às bandeiras vermelha 1 e 2, ainda que os principais reservatórios das usinas hidrelétricas já tenham atingido mais de 70% da capacidade.

Ligeiro recuo

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), também chamado de prévia da inflação oficial do país, ficou em 0,43% em abril, abaixo da taxa de 0,64% registrada em março, divulgou nesta sexta-feira, 25, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valoração

A explicação recorrente para o aumento de custos de geração do setor é a alteração do modelo de cálculo do preço de energia no mercado de curto prazo (PLD), indicador que passou a se mostrar mais avesso a risco e que seria necessário ‘melhorar a valoração do custo da água’.

Influências

O resultado decorre das altas dos grupos de Alimentação e bebidas (1,14%) e Saúde e cuidados pessoais (0,96%), que respondem por 88% do índice do mês. Em 12 meses, o IPCA-15 é de 5,49%, acima dos 5,26%, nos 12 meses anteriores. O índice acumula alta de 2,43% no ano.

Produção industrial entra em ‘queda livre’ no fim de 2024

Setor ‘despencou’ da 20ª para a 26ª posição em ranking global

Joseph Russo - pexels

Por Marcello Sigwalt

Efeito direto do processo de desaceleração experimentado pelo setor, sobretudo na reta final do ano passado, o Brasil ‘despencou’ seis posições no ranking global da produção industrial no quarto trimestre de 2024, ao passar da 20ª para a 26ª colocação, entre as 82 economias mundiais avaliadas em estudo da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), divulgou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

A deterioração da posição brasileira no cenário externo, porém, sucede um período em que a produção industrial tupiniquim foi bem superior à mundial, de 3,2% para 2,3%, respectivamente, observa o Iedi. No entanto, no último trimestre do ano (4T24), a produção manufatureira nacional registrou recuo de 0,1% ante o trimestre anterior (3T24), já excluídos os efeitos sazonais, e que contrasta com o notável avanço de 1,4% do terceiro tri-



Escalada dos juros e incerteza fiscal pesaram na perda de posições da indústria nacional

mestre para o segundo (2T24). Neste último comparativo, a média global cresceu apenas de 0,6% para 1%.

Concorrem para esse resultado adverso, fatores internos, como o aumento das taxas de juros e incertezas em torno do equilíbrio fiscal, os quais servem para comprometer a confiança das empresas e restringir

os investimentos. Em contraponto, o dinamismo apresentado pela indústria chinesa na ocasião alavancou o comportamento mundial.

No comparativo do 4T24 com o 3T24, o gigante asiático cresceu 1,9%, que chegou a 6,6%, no comparativo anual, devido ao estímulo à indústria mandarim e às exportações por Pequim.

Consolo ou não, em que pese a queda no fim de 2024, Pindorama exibiu posição superior à de igual período de 2023 (4T23), quando ocupava a 38ª colocação no ranking global. No acumulado de 2024, a indústria brasileira ficou em 25º lugar, patamar bem superior ao 45ª registrado em 2023.

Reforma exigirá repactuação contratual

Por Marcello Sigwalt

A repactuação de contratos, em especial, aqueles de longo prazo, será um dos maiores desafios a serem enfrentados pelas empresas, a partir da entrada em vigor da reforma tributária, em 2026. É o que admite o advogado e ex-assessor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda Matheus Rocca, para quem “é importante pegar os

principais contratos para as empresas e prever alguma cláusula de reajuste, renegociação de preços. É preciso levantar esses contratos, sentar na mesa e ver como será dividido essa carga. Esse é um exercício que todas as empresas devem fazer”.

No seu entendimento, aqueles contratos já firmados e que se estendem ao novo sistema tributário exigem revisão imediata, o que vale, tanto para contratos privados, quanto

para contratos administrativos, assim como concessões públicas. Como há limites legais ao repasse direto de custos ao consumidor, cabe às empresas solicitar, junto às agências reguladoras, um pedido formal de reequilíbrio econômico-financeiro. A partir do ano que vem, tais solicitações poderão ser feitas, conforme um eventual aumento da carga tributária, após a conclusão da reforma.

Ao acentuar que as em-

presas terão de documentar o impacto e submeter o pleito à agência reguladora – o que deverá demandar preparo técnico e planejamento – Rocca avalia que “as concessionárias, por exemplo, não podem simplesmente repassar esse custo em forma de tarifa, já que os contratos são regulados”.

Para o especialista, devem ser observados dois pontos centrais: benefícios fiscais de ICMS e obrigações acessórias.

FMI: Brasil encara ‘desafio fiscal forte’

O diretor do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rodrigo Valdés, enfatizou que o Brasil tem um “desafio fiscal muito forte” e que um ponto central é se o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentará novas medidas para conter o crescimento da dívida pública.

“O Brasil tem um desafio fiscal muito forte, e eles estão tomando medidas para estabilizar a dívida, mas a discussão que temos com eles é se teremos mais ações nesta direção”, afirmou ele em entrevista coletiva nesta sexta-feira (25).

O FMI estima que o peso da dívida pública no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve aumentar de 87,3%, em 2024, para 92% neste ano. Ao fim do governo Lula, o organismo estima piora de mais de 12 pontos percentuais, para 96% em 2026, o patamar



Fundo cobra do governo, mais medidas para conter dívida

de endividamento mais elevado desde 2020.

“Muitos países terão níveis de dívida com índices que retornarão ao pico da covid-19”, reforçou o diretor do FMI. Valdés enfatizou ainda a importância de o Brasil cumprir a meta de superávit primário neste ano.

Quanto aos juros, Valdés destacou que o Banco Central (BC) brasileiro tem mantido uma política monetária “rigorosa” no País, buscando voltar a inflação à meta de 3% com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. “Dadas as incertezas neste am-

Tarifaço zera o recurso ‘gringo’ na bolsa

Os ruídos em torno da política tarifária do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump – com riscos de maior inflação e desaceleração econômica global -, levaram a uma evasão de investimentos estrangeiros da Bolsa brasileira.

A retirada de R\$ 10,885 bilhões em recursos externos em abril até o dia 16 zerou a entrada de R\$ 10,642 bilhões que havia sido conquistada no primeiro trimestre de 2025.

Dados da B3 mostram que o fluxo de capital externo está negativo em R\$ 242,979 milhões. A saída de recursos ocorre de maneira ininterrupta desde o dia 28 de março, intensificando-se após a divulgação de um pacote de “tarifas recíprocas” dos EUA em 2 de abril.

O Citi aponta que o sistema de comércio global foi drasticamente alterado pela turbulência do Liberation Day – o fatídico 2 de abril – e pela disputa

tarifária entre EUA e China, causando um choque significativo na demanda por mercados emergentes.

Assim, por mais que o Brasil tenha sido relativamente menos taxado pelos EUA, enquadrando-se na menor faixa das tarifas recíprocas, a 10%, o País não foi capaz de segurar o fluxo externo.

“O movimento de abril é reflexo do sentimento de aversão ao risco após o anúncio das no-

vas tarifas pelo governo Trump e os crescentes temores de recessão na economia americana”, resume o estrategista de ações da XP Investimentos, Raphael Figueiredo.

Pesquisa do Bank of America (BofA) mostra que só 6% dos gestores de fundos da América Latina estão assumindo mais riscos do que o normal, uma redução expressiva em relação aos 21% reportados no mês de março.